



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1772516 - DF (2020/0262978-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : MARIA PERCILIA PEREIRA
ADVOGADOS : JÚLIO PEREIRA - MG040427
KARINA MARTINS DA SILVA - MG138446
MARIA JÚLIA PEREIRA - SP390691
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial com pedido de efeito suspensivo interposto por MARIA PERCILIA PEREIRA.

A agravante afirma que teve deferida sua aposentadoria por idade rural "considerando o início de prova material corroborado de forma uníssona pelas testemunhas. Atualmente, o caso em questão diz respeito à valoração inadequada da prova pela decisão rescindenda. Há, inclusive, manifestação do membro do Ministério Público (fls. 5 do parecer nº 490/2015-EMK dos Autos em processo eletrônico), afirmando que 'é válido o argumento da autora no sentido de que a sentença rescindenda teria violado o artigo 106 da Lei nº 8.213/91, haja vista que os Tribunais pátrios têm firmado entendimento no sentido de que a certidão de casamento em que consta a condição de trabalhador rural do cônjuge da autora é considerada início de prova material'" (fl. 291).

Alega que "não se trata de reexame de provas a verificação do acervo probatório dos Autos com vistas a confirmar o alegado exercício de atividade informal. Trata-se, na verdade, de valoração adequada, consolidada nos julgados referentes ao trabalhador rural" (fl. 293).

Requer "seja conhecido e provido o presente recurso, com a admissão e julgamento do Recurso Especial. determinando-se a reforma da sentença rescindenda, concedendo-se a pretendida tutela jurisdicional em favor da Agravante, com preferência na tramitação e julgamento por contar atualmente com 86 (oitenta e seis) anos de idade e antecipação dos efeitos da tutela de urgência como medida de inteira justiça" (fl. 294).

É o relatório. Decido.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o fumus boni iuris, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido; e o periculum in mora, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Convém destacar ainda que "a concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao

periculum in mora" (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012).

Na espécie, a agravante não desenvolveu argumentação para o pedido de tutela antecipada, que foi mencionada somente ao final da petição de agravo em recurso especial.

Ainda que se considerasse a idade avançada da agravante como fundamento para o pedido de antecipação de tutela, o pleito não teria melhor sorte. Isso porque esse argumento, por si só, não é suficiente para a caracterização do *periculum in mora*. Além disso, a Lei n. 10.741/2003 já garante a prioridade na tramitação dos processos da parte com idade superior ou igual a 60 anos.

Ante o exposto, diante da ausência de preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, indefiro o pedido de tutela antecipada.

Publique-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência